Demonstrações financeiras

Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	
Demonstração dos resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Central Eólica Complexo Renascenca IV S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP 015.199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Ativo	-		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.612	2.319
Contas a receber	4	8.092	7.632
Impostos a recuperar		154	180
Outros		67	137
Total do ativo circulante		12.925	10.268
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	2.838	3.082
Imobilizado	6	84.958	89.389
Arrendamento	7	307	-
Total do ativo não circulante		88.103	92.471
Total do ativo	<u> </u>	101.028	102.739

	Notas	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	8	5.980	786
Empréstimos e financiamentos	9	6.192	6.223
Impostos e contribuições a recolher		521	360
Dividendos a pagar	17	2.199	1.504
Arrendamento	7	153	
Total do passivo circulante		15.045	8.873
Não circulante			
Contas a pagar	8	844	828
Empréstimos e financiamentos	9	49.808	55.845
Arrendamento	7	184	-
Provisão para desmobilização	11	917	838
Total do passivo não circulante		51.753	57.511
Patrimônio líquido			
Capital social	12	24.369	29.369
Reservas de lucros	12	9.611	6.986
Total do patrimônio líquido		33.980	36.355
Recursos destinados a aumento de capital	17	250	
Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados a aumento de capital		34.230	36.355
Total do passivo, do patrimônio líquido e dos recursos destinados			
a aumento de capital		101.028	102.739

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Receita operacional líquida	13	24.298	25.131
Custo de geração de energia	14	(10.941)	(12.504)
Lucro bruto		13.357	12.627
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(286)	(255)
Outras despesas operacionais		(205)	(106)
	_	(491)	(361)
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		12.866	12.266
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	1.807	389
Despesas financeiras	15	(4.046)	(5.231)
·		(2.239)	(4.842)
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		10.627	7.424
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(1.367)	(1.198)
		(1.367)	(1.198)
Lucro líquido do exercício	<u> </u>	9.260	6.226

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	9.260	6.226
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	9.260	6.226

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							Recursos destina-	Total
			Reservas o	le lucros		Total	dos a au-	patrimô-
		Capital	Reserva	Retenção	Lucros	patrimônio	mento de	nio
	Notas	social	legal	de lucros	acumulados	líquido	capital	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		29.369	2.239	11.431	-	43.039	-	43.039
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	12.c	-	-	(11.431)	-	(11.431)	-	(11.431)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.226	6.226	-	6.226
Constituição de reserva legal	12.b	-	311	-	(311)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.b	-	-	-	(1.479)	(1.479)	-	(1.479)
Reserva de dividendos complementares	12.b	-	-	4.436	(4.436)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u> </u>	29.369	2.550	4.436	-	36.355	-	36.355
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	250	250
Redução de capital ocorrido no exercício	12.a	(5.000)	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	12.c	-	-	(4.436)	-	(4.436)	-	(4.436)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.260	9.260	-	9.260
Constituição de reserva legal	12.b	-	463	-	(463)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.b	-	-	-	(2.199)	(2.199)	-	(2.199)
Reserva de dividendos complementares	12.b	-	-	6.598	(6.598)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u> </u>	24.369	3.013	6.598	-	33.980	250	34.230

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		9.260	6.226
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação			
do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	5.589	5.587
Depreciação de arrendamento	7	153	-
Juros sobre arrendamento	7	31	-
Encargos financeiros, líquidos	9	3.931	5.144
Baixa de ativo imobilizado	6	204	-
Atualização de provisão para desmobilização	11	79	72
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(460)	4.190
Impostos a recuperar		26	183
Outros		70	(70)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		5.210	428
Impostos e contribuições a recolher		161	(109)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.254	21.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		244	245
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(1.362)	(1)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(1.118)	244
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	9	(6.037)	(6.034)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	9	(3.962)	(4.953)
Pagamento de arrendamento	7	(154)	-
Recursos destinados a aumento de capital	12	250	-
Redução de capital social	12	(5.000)	-
Dividendos pagos		(5.940)	(15.216)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.843)	(26.203)
Aumento (Redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		2.293	(4.308)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.319	6.627
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		4.612	2.319
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	_	2.293	(4.308)
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		788	594
Valores pagos de CS:		395	347

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. ("Renascença IV" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade tem por objeto social a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Central Geradora Eólica Renascença IV, bem como a produção e a comercialização de energia proveniente deste empreendimento.

A Sociedade foi constituída em 14 de outubro de 2010, e atualmente é controlada indiretamente pela São João Energética S.A. e diretamente pela Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

Em 2 de junho de 2011, por meio da Portaria n° 345 do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade obteve a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da central geradora eólica Renascença IV, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Parazinho, no estado do Rio Grande do Norte. A central geradora eólica iniciou a operação comercial em 24 de dezembro de 2014, mediante Despacho n° 4.934/2014 da ANEEL.

Parque eólico	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Renascença IV	30,0	Portaria 345/2011	Parazinho/RN

A autorização vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da publicação da Portaria nº 345/2011.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

	Datas dos	s contratos
Cliente	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/09/2013	31/08/2033
Comercializadora de energia	01/01/2015	31/12/2020
Partes Relacionadas	01/02/2019	31/05/2030

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 2.120. As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional -- Continuação

A Sociedade em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não observou alteração relevante em seu volume de operações, faturamento ou fornecimento de energia em decorrência da pandemia do COVID-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) <u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- b) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
 - b.2) Passivos financeiros--Continuação
 - ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, dividendos a pagar e empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

g) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e, 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

I) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

m) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão tem seu valor atualizado mensalmente, com base no IGP-M acumulado dos últimos doze meses.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	6	912
Aplicações financeiras	4.606	1.407
Total	4.612	2.319

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2020	2019
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	810
Banco Itaú S.A.	Fundo Itaú TOP	CDI	3.505	597
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	1.101	-
			4.606	1.407

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2020	2019
Venda de energia	2.021	2.117
Venda de energia – CCEE (*)	6.071	5.400
Contas a receber – partes relacionadas	-	115
	8.092	7.632

^(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2020	2019
Saldo a vencer	8.061	7.632
Saldo vencido de 91 a 180 dias	31	-
Total	8.092	7.632

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2020	2019
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	2.838	3.082
			2.838	3.082

A Sociedade possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

_			Em serviço					
		Máquinas e	Edificações,	Provisão	Transmissão			
		equipa-	obras civis e	para des-	e distri-	Estoque de	Bens em	
_	Terrenos	mentos	benfeitorias	mobilização	buição	ativo fixo	andamento	Total
31 de dezembro de 2018	143	112.174	931	696	11.025	26	-	124.995
Adições	-	-	-	-	-	-	1	1
Transferências	-	-	-	-	-	(20)	20	-
31 de dezembro de 2019	143	112.174	931	696	11.025	6	21	124.996
Adições	-	-	-	-	-	-	1.362	1.362
Baixas	-	(204)	-	-	-	-	-	(204)
Transferências	-	808	-	-	-	-	(808)	-
31 de dezembro de 2020	143	112.778	931	696	11.025	6	575	126.154
31 de dezembro de 2018	(10)	(27.448)	(171)	(98)	(2.293)	-	-	(30.020)
Adições de depreciação	(5)	(5.101)	(32)	(22)	(427)	-	-	(5.587)
31 de dezembro de 2019	(15)	(32.549)	(203)	(120)	(2.720)	-	-	(35.607)
Adições de depreciação	(4)	(5.104)	(32)	(22)	(427)	-	-	(5.589)
31 de dezembro de 2020	(19)	(37.653)	(235)	(142)	(3.147)	-	-	(41.196)
Total em 31 de dezembro de 2019	128	79.625	728	576	8.305	6	21	89.389
Total em 31 de dezembro de 2020	124	75.125	696	554	7.878	6	575	84.958

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2020 e 2019 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

Custo 31 de dezembro de 2019	Equipamentos -
Adições	460
31 de dezembro de 2020	460
Depreciação 31 de dezembro de 2019	
Adições de depreciação	(153)
31 de dezembro de 2020	(153)
Total em 31 de dezembro de 2019 Total em 31 de dezembro de 2020	307

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga, maio de 2046.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos de arrendamento são como segue:

	2020	2019
Valor nominal dos pagamentos futuros	363	-
Ajuste a valor presente	(26)	-
	337	-
Passivo circulante	153	-
Passivo não circulante	184	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2020	2019
Adoção inicial	-	-
Adições	460	-
Pagamento	(154)	-
Juros sobre arrendamento	31	-
Saldo final	337	-

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Montante	
2022		153
2023		153
2024		153
2025		153
A partir de 2026		(275)
•		337

8. Contas a pagar

	2020	2019
Communication COFF (*)	044	020
Compra de energia – CCEE (*)	844	828
Fornecedores	972	690
Contas a pagar – partes relacionadas	5.000	93
Seguros	8	3
Total	6.824	1.614
Passivo circulante	5.980	786
Passivo não circulante	844	828

^(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2020		2019	
Credor	Encargos	Circulante Nã	io circulante	Circulante Nã	o circulante
Em moeda nacional					
BNDES	TJLP (*) + 1,89% a.a.	6.192	49.808	6.223	55.845
Total	_	6.192	49.808	6.223	55.845

^(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial	62.068	67.911
Juros provisionados	3.931	4.939
Juros incorporados ao principal (*)	-	205
Amortização – principal	(6.037)	(6.034)
Pagamento – juros	(3.962)	(4.953)
Saldo final	56.000	62.068

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de marco de 2030.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2020, têm os seguintes vencimentos:

	Valor
Ano	
2022	6.037
2023	6.037
2024	6.037
2025	6.037
Após 2025	25.660
Total	49.808

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 5) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

11. Provisão para desmobilização

	2020	2019
Provisão para desmobilização	917	838
Total	917	838

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2020	2019
Saldo inicial	838	766
Atualização	79	72
Saldo final	917	838

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 24.369 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 29.369), dividido em 34.369.105 (trinta e quatro milhões, trezentas e sessenta e nove mil, cento e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 5.000 sem o cancelamento de ações.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Dividendos</u>--Continuação

Em 14 de fevereiro de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 4.436 à conta de Reserva Especial.

Em 18 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 4.241 à conta de Reserva Especial.

Em 19 de fevereiro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 7.190 à conta de Reserva Especial.

13. Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	26.507	22.999
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	716	3.641
Resultado com CCEE (*)	500	936
	27.723	27.576
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(2.504)	(1.469)
PIS	(164)	(173)
COFINS	(757)	(803)
Receita operacional líquida	24.298	25.131

^(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2020	2019
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	863	1.888
Royalties ANEEL	1.714	1.628
·	2.577	3.516
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	7	8
Serviços de terceiros	1.786	2.319
Seguros	125	143
Pessoal	4	4
Depreciação	5.743	5.587
CCEE (*)	300	527
Outros	399	400
	8.364	8.988
Total do custo de geração de energia	10.941	12.504
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	44	43
Serviços de terceiros	31	36
Serviços de administração – partes relacionadas	189	176
Promoção e publicidade	22	-
Total das despesas gerais e administrativas	286	255
Total de custos e despesas gerais e administrativas	11.227	12.759

^(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

15. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.807	389
Total	1.807	389
Despesas financeiras Juros sobre empréstimos	3.931	5.144
Juros sobre arrendamento	31	-
Despesas com letras de crédito	3	3
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	79	72
Outros	2	12
Total	4.046	5.231

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Corrente		
Imposto de renda	932	794
Contribuição social	435	404
Total com despesas de impostos	1.367	1.198

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) ICMS	27.723	27.723	27.576	27.576
	(2.504)	(2.504)	(1.469)	(1.469)
	25.219	25.219	26.107	26.107
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.018	3.026	2.089	3.133
Receitas financeiras	1.807	1.807	389	389
Outras receitas	-	-	9	9
Base de cálculo total % do imposto (*)	3.825 25% 932	4.833 9% 435	2.487 25% 598	3.531 9% 318
Outros	-	-	196	86
Total	932	435	794	404

^(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2020	2019
Ativo			
Contas a receber			
Tangará Energia S.A.	(a)	-	115
	.,	-	115
<u>Passivo</u>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	-	1
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(b)	5.000	-
Tangará Energia S.A.	(b)	-	92
		5.000	93
Dividendos a pagar			_
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(c)	2.199	1.504
		2.199	1.504
AFAC			
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(d)	250	-
		250	-
Resultado			
Venda de energia			
Apollo Comercializadora Ltda.	(e)	238	-
Tangará Energia S.A.	(e)	478	3.641
		716	3.641
Compras de energia			
Apollo Comercializadora Ltda.	(f)	677	-
Tangará Energia S.A.	(f)	186	1.888
		863	1.888
Serviços de ADM - Despesa			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	189	176
		189	176

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas--Continuação

- a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- c) Dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade:
- d) Adiantamento para futuro aumento de capital aportado pela sua controladora Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A. com expectativa de integralização de até 12 meses após o aporte.
- e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- f) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- g) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Durante o ano de 2020, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

18. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 101.808 (R\$ 101.808 em 31 de dezembro de 2019) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as eólicas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 1.100.000 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2019).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 70% (setenta por cento) do Valor em Risco Total considerando a exposição da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

		2020			2019	
		A valor justo			A valor justo	
	Custo	por meio de		Custo	por meio de	
Ativos financeiros	Amortizado	resultado	Total	Amortizado	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.612	4.612	-	2.319	2.319
Contas a receber Depósitos restituíveis	8.092	-	8.092	7.632	-	7.632
e valores vinculados	-	2.838	2.838	-	3.082	3.082
	8.092	7.450	15.542	7.632	5.401	13.033

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019	
	Custo	Custo	
Passivos financeiros	Amortizado	Amortizado	
Contas a pagar	6.824	1.614	
Dividendos a pagar	2.199	1.504	
Empréstimos e financiamentos	56.000	62.068	
	65.023	65.186	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Empréstimos

São classificados como passivos financeiros, não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus calores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4.612	2.319
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.838	3.082

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras eólicas depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora eólica, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Sociedade deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para a mitigação do risco de geração, a Sociedade gerencia a disponibilidade dos parques geradores, mantendo altos padrões de operação e manutenção.

vii) Risco de não renovação da autorização

A Sociedade detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. Apenas a Lei Federal nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art. 26, estabelece que os empreendimentos de fontes eólicas que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas, não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) Risco de não renovação da autorização--Continuação

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 29 de janeiro de 2021.